



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Diretores e Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Em 2025 Companhia registrou receita com prêmios emitidos de R\$ 372,8 milhões, representando um crescimento de 35% em relação ao exercício anterior.

No âmbito comercial, a Companhia tem atuado na diversificação de seus canais de distribuição e do portfólio de produtos, com foco no fortalecimento do canal de corretores, na ampliação da oferta de produtos de seguro vinculados a operações de crédito para administradoras de consórcio, bem como na expansão dos acordos de distribuição firmados com parceiros, incluindo o Banco Bari e o Banco SENF.

As iniciativas implementadas no período estão alinhadas à estratégia de crescimento da CNP Assurances no Brasil, contribuindo para a ampliação da presença da Companhia no mercado, observados os critérios de rentabilidade, gestão de riscos e sustentabilidade das operações.

O resultado operacional apresentou evolução relevante, passando de R\$ (50,2) milhões no exercício anterior para contribuição positiva de R\$ 19,0 milhões no exercício corrente, refletindo, principalmente, o crescimento dos negócios, o controle da sinistralidade e a melhoria da eficiência operacional.

O resultado do exercício registrou prejuízo líquido de R\$ 137,3 milhões, impactado, principalmente, pelo reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) relacionada à parceria com os Correios.

No âmbito dessa parceria, a Companhia passou a operar com direito de uso do balcão dos Correios para a distribuição de produtos de seguros, pelo prazo contratual inicial de 5 anos, mediante contraprestação no montante de R\$ 155 milhões, com possibilidade de prorrogação por período adicional de igual duração, conforme condições contratuais.

Em 30 de novembro de 2025, a Administração procedeu à reavaliação do valor recuperável do ativo, considerando o desempenho observado da parceria até a data, bem como o contexto econômico, financeiro do parceiro e as premissas atualizadas de geração de caixa futura. Como resultado desse processo, foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no montante de R\$ 142,9 milhões, líquida da amortização acumulada, em razão da redução das expectativas de geração de benefícios econômicos futuros associados à parceria.

Não obstante ao resultado apurado, a Companhia segue investindo e atuando para reposicionar a empresa e alavancar as vendas para geração de resultados para os próximos exercícios.

Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios.

A Companhia observa as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, atendendo às práticas estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

Política de Equidade - Lei 15.177/2025

Com base na Política de Diversidade, Equidade e Inclusão da Companhia e em conformidade com o § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente corporativo inclusivo e equitativo. A política estabelece diretrizes claras para o acolhimento da diversidade, igualdade de oportunidades e desenvolvimento de lideranças inclusivas.

A Companhia adota práticas estruturadas de recrutamento, capacitação e comunicação que valorizam grupos minorizados, com foco especial na representatividade de mulheres, pessoas pretas e pardas, LGBTQIAP+ e pessoas com deficiência em todos os níveis hierárquicos.

Em atendimento à exigência legal, este relatório apresenta os indicadores de diversidade e equidade da Companhia, incluindo: (i) a quantidade e proporção de mulheres contratadas, segmentadas por níveis hierárquicos; (ii) a quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração; (iii) demonstrativo em percentual da remuneração fixa, variável e eventual, segregado por sexo e função (ou grupos de funções similares); e (iv) a evolução comparativa desses indicadores entre o exercício findo e o imediatamente anterior. Esses dados refletem o compromisso da Companhia com as práticas estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido e a inclusão como pilares estratégicos de sua atuação empresarial.

Os dados reportados consideram todas as empresas do Grupo CNP Seguradora, considerando a premissa que colaboradores com atuação Cross em todas as empresas (CNP Capitalização, CNP Consórcio, Odonto Empresas e Previsul) têm vínculo com a empresa Previsul, se reportarem de forma separada não teremos amostragem de dados nas demais empresas. Reforçamos que a política de diversidade é a mesma para todas as empresas do grupo.

Nível	Quantidade de		% Contratação Mulheres x Total Contratados
	Contratações	Mulheres	
Diretores	0	0	0%
Superintendentes	3	2	67%
Gerentes/Especialistas II	10	3	30%

Nível	Quantidade		% Contratação Mulheres x Total Contratados
	Total de Contratações	Contratações de Mulheres	
Coordenadores/Especialista I	30	4	27%
Demais Cargos	60	81	68%

Nível	Quantidade Total		% de Mulheres
	Quantidade Total	Administração de Mulheres	
Conselho de Administração	4	3	75%
Diretoria Estatutária	7	3	43%

Nível	% Remuneração Mulheres x Homens	
	Remuneração	Homens
Diretores	80%	
Superintendentes	36%	
Gerentes/Especialistas II	43%	
Coordenadores/Especialista I	52%	
Demais Cargos	15%	

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

A Administração

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos		372.845	276.129
Variações das provisões técnicas de prêmios		(1.384)	1.354
Prêmios ganhos	14	371.461	277.483
Sinistros ocorridos	24.b	(142.796)	(149.757)
Custos de aquisição	24.c	(95.256)	(67.138)
Outras receitas e despesas operacionais	24.d	(63.990)	(78.664)
Resultado com resseguro		379	8.069
Receita com resseguro		14.921	19.660
Despesa com resseguro		(11.542)	(11.531)
Despesas administrativas	24.e	(82.178)	(66.398)
Despesas com tributos	24.f	(4.654)	(3.586)
Resultado financeiro	24.g	36.034	29.586
Resultado patrimonial		27	46
Resultado operacional		19.027	(50.141)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	24.i	(149.131)	(395)
Resultado antes dos impostos e participações		(130.104)	(50.596)
Imposto de renda	15.1	(751)	—
Contribuição social	15.1	(509)	—
Participações sobre o lucro	22	(5.977)	(3.609)
Prejuízo do exercício		(137.341)	(54.145)
Quantidade de ações		8.324.160.004	8.324.160.004
Prejuízo por ação em R\$		(0,02)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(137.341)	(54.145)
Outros resultados abrangentes	4.112	(5.287)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	4.112	(5.287)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	4.112	(5.896)
Item tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	—	609
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(133.229)	(59.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(137.341)	(54.145)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	23.867	11.328
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	144.172	(18.911)
Juros em passivos de curto prazo	1.384	1.354
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	14.704	2.611
Ajuste ao valor de realização de comissão a pagar	163	6.253
Custos de aquisição diferidos	(458)	1.155
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	(22.744)	5.280
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(8.502)	18.242
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.456)	(3.029)
Ativos de resseguro	(9.277)	(3.608)
Créditos fiscais e previdenciários	(528)	(1.666)
Depósitos judiciais e fiscais	(155)	1.010
Despesas antecipadas	(1.437)	55
Outros ativos	13.522	(50.713)
Impostos e contribuições	3.088	3.121
Outras contas a pagar	2.548	(37.827)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(19.772)	12.545
Depósitos de terceiros	(6.721)	7.334
Provisões técnicas - seguros e resseguros	34.796	4.170
Provisões para contingências	(5.606)	(5.044)
Outros passivos	1.489	7.455
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	25.030	(93.014)
Juros pagos	(62)	(46)
Juros recebidos	1.412	1.113
Imposto sobre o lucro pagos	(3.319)	(3.836)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	21.649	(96.783)
Atividades de Investimentos		
Recebimento pela venda:	75	—
Imobilizado	75	—
Pagamento pela compra:	(22.747)	(17.895)
Imobilizado	(3.458)	(6.826)
Intangível	(19.577)	(11.059)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(22.672)	(17.895)
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	—	120.000
Pagamento de arrendamento	(3.437)	(3.650)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(3.437)	116.350
Recebimento/Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.023)	1.672
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.073	4.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.613	6.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

2.1. Operações de seguros e resseguros

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) sobre operações de seguros diretos, por meio de um estudo próprio de inadimplência, com base no histórico de recebimento dos prêmios, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

A parcela negocial trata-se de análise qualitativa realizada pela Companhia com o objetivo de antecipar eventuais inadimplências de determinado grupo de clientes. Além disso, para todos os prêmios que estiverem em atraso a um período maior de 60 dias, o valor do prêmio pendente é considerado em caso de inadimplência para RVR, seja risco decorrido ou a decorrer.

A redução ao valor recuperável para ativos de resseguro é constituída conforme regras estabelecidas pela Companhia com critérios qualitativos e quantitativos. Os critérios quantitativos são: análise histórica do perfil de recebimento das recuperações por parte do ressegurador, analisando o não recebimento por inadimplência e o risco de crédito mediante análise da probabilidade de *default*. A parcela qualitativa é avaliada mediante análise interna em casos em que existe a possibilidade de não recebimento de parte dos valores que estão na conta de crédito com ressegurador.

Os critérios qualitativos são avaliados com base em análises de risco de crédito superior a "A", de acordo com a AM Best, com baixa probabilidade de *default*. Além disso, não temos registros históricos de não recebimento dos valores solicitados por inadimplência.

2.2. Perdas esperadas de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado e reconhecido contabilmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

A perda de valor é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável somente é revertida na condição em que o valor do bem não exceda o valor contábil que tenha sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda do valor não tivesse sido reconhecida.

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE		278.319	265.338	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		343.045	356.742
Disponível		1.613	6.073	CIRCULANTE		133.991	130.465
Caixa e bancos		1.613	6.073	Contas a pagar		49.514	51.103
Aplicações	6	149.816	102.933	Obrigações a pagar	12.1	6.730	7.092
Créditos das operações com seguros e resseguros		47.929	48.065	Impostos e encargos sociais a recolher		10.489	9.222
Prêmios a receber	7	25.432	23.300	Encargos trabalhistas		196	65
Operações com resseguradoras	17.3	22.497	24.765	Impostos e contribuições		67.062	62.983
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	17.3	22.094	18.430	Outras contas a pagar	12.2	12.109	31.718
Títulos e créditos a receber		47.180	92.125	Débitos de operações com seguros e resseguros		—	4.383
Títulos e créditos a receber	8.1	44.548	74.061	Prêmios a restituir		—	4.383
Créditos tributários e previdenciários	8.2	2.065	5.791	Operações com seguradoras		755	755
Outros créditos		567	2.273	Operações com resseguradoras	17.3	3.460	16.259
Despesas antecipadas		8.211	6.653	Corretores de seguros e resseguros	18	4.451	7.890
Custos de aquisição diferidos	17.1	1.476	1.059	Outros débitos operacionais		3.443	2.431
Seguros		1.476	1.059	Depósitos de terceiros	13	10.144	16.865
ATIVO NÃO CIRCULANTE		256.009	427.171	Provisões técnicas - seguros	17	184.179	174.594
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		209.987	225.157	Danos		138.439	129.097
Aplicações	6	146.342	180.610	Pessoas		42.739	43.459
Créditos das operações com seguros e resseguros		895	666	Vida individual		3.001	2.038
Prêmios a receber	7	895	666	Outros débitos		2.622	3.100
Títulos e créditos a receber		57.529	35.297	Débitos diversos	19	2.622	3.100
Títulos e créditos a receber	8.1	50.857	33.028	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		28.357	39.612
Créditos tributários e previdenciários	8.2	5.227	973	Provisões técnicas - seguros	17	16.512	19.658
Depósitos judiciais e fiscais	16.1	1.445	1.290	Danos		1.387	1.264
Outros créditos operacionais		—	6	Pessoas		15.125	18.249
Outros valores e bens	9.1	4.555	7.838	Vida individual		—	145
Despesas antecipadas		384	505	Outros débitos		11.845	19.954
Custos de aquisição diferidos	17.1	282	241	Provisões judiciais	16.1	8.534	14.140
Seguros		282	241	Débitos diversos	19	3.311	5.814
Investimentos		596	596	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.926	296.155
Participações societárias		596	596	Capital social	20.1	456.659	456.659
Imobilizado	10	10.389	9.926	Ajuste de avaliação patrimonial		(277)	(4.389)
Bens móveis		8.995	9.099	Prejuízos acumulados		(293.456)	(156.115)
Outras imobilizações		1.394	827	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		534.328	692.509
Intangível	11	35.037	191.492				

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

* continuação

no resultado do período, reduzindo o saldo contábil do ativo intangível para o seu novo valor recuperável no montante de R\$ 978.

2.9. Avaliação de ativos e passivos
Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os respectivos rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito desses ativos para o valor de mercado ou de realização. Os demais passivos são demonstrados por valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.9.1. Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos nas legislações em vigor publicadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA) e estão descritas resumidamente a seguir:

• **A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG)** é constituída pela parcela do prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Companhia constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, cuja metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuária (NTA).

• **A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, cuja metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuária (NTA).

• **A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR)** tem por objetivo cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL. Reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regularização até a sua liquidação final, sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 8 trimestres para o grupo de crédito. Não há provisão de IBNeR para os demais ramos da Companhia.

• **A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)** é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para arcar com os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço que é estimada pelo método *Chain Ladder* e *Bornhuetter-Ferguson*, com observações de 48 trimestres para o grupo de Vida e 24 trimestres para o grupo de Crédito. Para o grupo de Patrimônio, o cálculo é realizado com base na experiência do mercado.

• **A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

• **A Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é calculado de acordo com as determinações especificadas na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações.

• **Provisão de Valores a Regularizar (PVR)** tem por objetivo abranger os valores, de acordo com as regulamentações específicas vigentes no que tange às devoluções de prêmios pendentes de pagamento.

2.9.2. Tábua
Os principais produtos da Companhia, os quais são responsáveis por aproximadamente 99% da emissão total, são os ramos: Crédito Interno - 0748, Vida - 0993, Acidentes Pessoais - 0982, Prestamista - 0977, Auxílio Funeral - 0929 e Eventos Aleatórios - 0990, os quais, excetuando por serem coletivos, não guardam uma taxa de carregamento fixa e, da mesma forma, não mantêm um percentual fixo para despesas de comercialização, pois tais parâmetros são aderentes às condições de cada grupo segurado e respectivo estúpulo.

Na estrutura de custo destes planos, pelas suas características, não são consideradas taxas de juros, pois eles são precificados com base na observação de sua sinistralidade histórica, entretanto, no caso do Ramo Vida - 0993, a precificação considera como referência mínima as taxas da Tábua de mortalidade AT-83M.

2.10. Avaliação dos passivos oriundos de contratos de seguros
2.10.1. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro - TAP (ou, *Liability Adequacy Test - LAT*); ii) processo de classificação econômica e atuária de contratos de seguro ou contratos de investimento; e, iii) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos são compostos pelos gastos que possuem uma relação direta e incremental com a emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuem essa relação direta e incremental são registrados como despesas, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo período de contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento no exercício foi de 20 meses (31 de dezembro de 2024 - 28 meses).

2.10.3. Teste de adequação do passivo - TAP
Como consequência do teste de adequação do passivo para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para efeito de apuração de resultado, a Companhia opta por realizar a compensação dos resultados segregados pelo método de apuração determinado na legislação entre os grupos, respeitando as limitações obrigatórias sem possibilidade de compensação previstas no art. 43, inciso 3 da circular nº 648 e alterações. Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa futuro consideradas premissas atuariais realistas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

a) **Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ):** para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IPCA e ANBIMA Pré-fixada, conforme divulgado pela SUSEP;

b) **Sinistralidade:** foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo 35,2% para o grupo de Pessoas, 21,5% para o grupo Patrimonial e 87,5% para o grupo de Crédito;

c) **Cancelamento:** para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;

d) **Despesas:** para estimativa de despesas administrativas, despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;

e) **Resseguro:** para a premisa de despesa (prêmios de resseguro), o qual foi obtido através da relação despesa de resseguro (prêmio) versus prêmio esperado (GWP) dos últimos contratos celebrados, sendo, 0,74% para o grupo de Pessoas, 28,83% para o grupo Patrimonial e 2,93% para o grupo de Crédito. Já para a receita (recuperação), não verificamos a necessidade nos grupos testados.

f) **Salvados/Ressarcido:** para a estimativa de salvados/ressarcidos utilizados no modelo, quando aplicável, encontramos 60,07% para o grupo CREFE e foram utilizadas as bases históricas de ressarcimentos recebidos, dos sinistros ocorridos pagos e os pendentes observados.

Como conclusão dos testes realizados foram encontradas insuficiências para os grupos de pessoas em cerca de R\$ 40,8 milhões de reais e patrimonial em cerca de R\$ 2,6 milhões de reais, mas compensadas no resultado consolidado. Dessa forma não houve a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme os critérios de compensação adotados pela Companhia. Os resultados para a data-base de 31 de dezembro de 2025 estão dispostos nas tabelas abaixo:

Grupo de Produtos	Prêmio registrado		Prêmio futuro	
	PPNG	Valor Presente dos fluxos	Grupo de Produtos	Valor Presente dos fluxos
Pessoas	4.460	331	Pessoas	(40.855)
Patrimonial	2.017	96	Patrimonial	(2.905)
Crédito	—	—	Crédito	223.301
TOTAL	6.477	427	TOTAL	179.841

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a passivos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação vigente.

2.12. Apuração de resultados
Os prêmios de seguros incluindo coseguro aceito e cedido, bem como os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou fatos, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), variações de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) que são reconhecidos no resultado da Companhia aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), perdas de crédito esperado reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

2.14. Regras globais contra a erosão da base tributária
Considerando as recentes alterações na legislação tributária brasileira, em especial a Medida Provisória nº 1.262/2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, que regulamentam o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), ou Pilar 2 da OCDE, o Grupo econômico CNP Assurances realizou uma análise sobre o enquadramento das entidades pertencentes ao grupo e dos potenciais impactos da norma.

Dessa forma, com base nas informações contábeis e financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2024, a operação da Companhia enquadra-se na Regra Simplificada de Transição (RSTG) que tomou como base as informações prestadas pelo Grupo de Empresas Multinacional na Declaração País-a-País, o *Country by Country Report*, para o ano calendário de 2025, não estando sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2.

2.15. Operações de arrendamento mercantil
Os contratos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e reconhecimento de juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos.

O valor presente dos pagamentos de arrendamento é calculado com base nos termos do contrato de arrendamento, levando em consideração o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, as taxas de juros implícitas e outros fatores relevantes.

2.16. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapassa o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em nota explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, civis e trabalhistas
A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Companhia para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos não financeiros
A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos não financeiros. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados, relacionados aos canais de vendas registrados na rubrica de ativo intangível.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários
Após estudos promovidos pela Administração em 31 de dezembro de 2022, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, incluindo todos os valores registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.2.

3.5. Estimativas de ressarcimentos
A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcimentos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em nota técnica atuarial - NTA própria.

4. Gerenciamento de risco
A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Resolução CNSP nº 416/2021. A norma exige a implantação de estruturas de gestão de riscos e sistemas de controles, seguindo critérios mínimos específicos como designação de diretor estatutário responsável pelos controles internos, (*Chief Risk Officer*), responsável por desempenhar funções de caráter de monitoramento e controle (2ª linha).

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e reportados de modo unificado. A Diretoria de Riscos e Compliance da CNP Seguradora foi criada em atendimento a exigências regulatórias e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco, avaliando e monitorando as exposições de risco da Companhia. As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Compliance são:

- Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Assegurar a implementação de todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Riscos e Compliance.

Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas políticas e normativos internos que tratam de questões atinentes à ética, e à integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, estes são analisados e tratados pela Diretoria de Compliance e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros; e

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados a temas de Compliance, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

4.1. Risco de mercado
4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado
Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros
A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *base points* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	8	—
Curva de Juros Pré	219	(1.530)
Çupom de índice de preços	97	—
Total	324	(1.530)

4.1.3. Taxas de juros contratadas
A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Taxa de juros contratada	31/12/2025	31/12/2024
Pré de 13,79% a 13,93%	—	Pré de 10,759% a 12,284%
Pré 13,38% a 13,61%	—	Pré 10,124034%
IPCA + 8,067248%	—	IPCA + 6,339%
—	—	Pós 0,035236%

4.1.4. Controle de risco de mercado
A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-Risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value-at-Risk* (VaR) paramétrica, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmetrics*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, sendo *Fitch Ratings* e *Standard & Poor's, Moody's*. É utilizado o menor rating disponível entre essas três agências.

A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição são, no entanto, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Composição dos ativos financeiros	A++	A+	A	A-	BB	Sem Rating	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado - VJR	—	—	—	—	56.478	—	56.478	74.810
Fundos não exclusivos	—	—	—	—	56.478	—	56.478	74.810
Outros resultados abrangentes - VJORA	—	—	—	—	239.680	—	239.680	208.733
Letras financeiras do tesouro	—	—	—	—	—	—	—	70.421
Letras do tesouro nacional	—	—	—	—	93.338	—	93.338	98.244
Notas do tesouro nacional	—	—	—	—	146.342	—	146.342	40.068
Créditos das operações com seguros	—	—	—	22.497	—	26.328	48.825	48.731
Ativos de resseguros	21.348	298	337	111	—	—	22.094	18.430
Exposição máxima ao risco de crédito	21.348	298	337	22.608	296.158	26.328	367.077	350.704

4.3. Risco operacional
A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais.

Como atribuição voltada à gestão dos riscos operacionais, da Gerência de Riscos e Controles Internos deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Propor junto à Gerência de Compliance as políticas de conformidade, fraude e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Monitorar os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diretamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico.

A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Riscos de liquidez
Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

Embora a Companhia apresente, na referida data, capital circulante líquido negativo, decorrente de um ativo circulante de R\$ 278.319 e um passivo circulante de R\$ 343.045, a empresa detém R\$ 146.342 em ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJORA), compostos por títulos públicos com vencimento inferior a dois anos e elevada liquidez imediata. Esses recursos poderão ser utilizados, se necessário, para mitigar o déficit de capital circulante.

	31/12/2025	31/12/2024
Mais de 1 ano		
Até 1 ano	56.478	—
Até 5 anos	—	—
Total		

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

* continuação

4.5.2. Cessão em resseguro
A cessão em resseguro é uma prática adotada pela Companhia para reduzir o risco dos seguros retidos. A Companhia possui um conjunto de contratos de resseguro próprio, onde são estabelecidos contratos de acordo com as características dos riscos envolvidos. Esses contratos são classificados em três módulos distintos: riscos de pessoas (vida), riscos patrimoniais e riscos de crédito. Todos os contratos são do tipo resseguro não proporcional em excesso de danos.
No caso dos riscos patrimoniais, os contratos são estabelecidos por risco individual, com foco na delimitação de perdas específicas. Para os riscos de pessoas, os contratos são combinados por risco e por evento, para lidar com apólices coletivas em que pode haver concentração de segurados em uma mesma localidade. Para o risco de crédito, também na modalidade por risco, o contrato de resseguro permite a emissão de apólices com valores segurados acima dos limites que poderiam ser emitidos sem a cobertura de resseguro. Isso fortalece o potencial de venda da Companhia, ao mesmo tempo em que mantém o nível adequado de capital e solvência conforme exigências legais do mercado.
A Companhia encontra-se em conformidade com o ambiente regulatório atinente ao resseguro e segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Resseguro em todos os aspectos.
O quadro a seguir apresenta os contratos de resseguro vigentes em dezembro/2025, cujo rating foi obtido por meio da agência AMBEST:

CARTEIRAS	RESSEGUADOR		PARTICIPAÇÃO		RATING	CONDIÇÃO
	RESSEGUADOR	RESSEGUADOR	RESSEGUADOR	RESSEGUADOR		
Empresarial, residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	40%	A-	LOCAL		
	Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	40%	A	EVENTUAL		
	Odyssey Reinsurance Company	20%	A+	EVENTUAL		
Vida em grupo, Vida individual, Bilhete AP, Prestamista	Hannover Rück SE	45%	A+	ADMITIDO		
	Austral Resseguradora do Brasil S/A	30%	A-	LOCAL		
	IRB Brasil Resseguros S/A	25%	A-	LOCAL		
Crédito interno (Imobiliário, Auto, Moto, Veículos pesados)	IRB Brasil Resseguros S/A	100%	A-	LOCAL		

4.5.3. Estratégia de subscrição
A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Administração na forma de apólice e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.5.4. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se às mudanças nas principais premissas, em 31 de dezembro de 2025, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Sensibilidade	31/12/2025		31/12/2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1% (i)	(0,48%)	(0,48%)	(0,47%)	(0,47%)
Taxa -1% (i)	0,48%	0,48%	0,47%	0,47%
Mortalidade/Sinistralidade +5% (ii)	5,49%	6,06%	14,82%	12,87%
Mortalidade/Sinistralidade -5% (ii)	(5,49%)	(6,06%)	(14,82%)	(12,87%)
Inflação +1% (iii)	0,00%	0,00%	0,11%	0,11%
Inflação -1% (iii)	(0,00%)	(0,00%)	(0,11%)	(0,11%)

*i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo do cálculo de duração e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo; ii) Para o teste de sensibilidade de mortalidade consideramos o cenário de "deslagramento A" em + 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação: IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1. iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o aparecimento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descausamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.*

4.6. Desenvolvimento de sinistro

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

a) Sinistros brutos de resseguro

Conciliação
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros 31/12/2025 129.475
31/12/2024 129.475
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos da PSL (39.067) (13.646)

Total da Provisão PSL e IBNER

127.131 115.829

(a.1) Sinistros administrativos

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	69.216	96.500	115.586	122.575	97.458	101.781	111.789	98.565	113.309	103.165	-
1 ano depois	67.487	93.694	123.525	137.341	118.996	107.885	117.206	101.937	118.649	-	-
2 anos depois	66.207	100.296	137.813	147.007	135.479	116.102	131.852	143.917	-	-	-
3 anos depois	66.032	104.617	142.278	151.098	142.392	119.784	149.454	-	-	-	-
4 anos depois	66.444	105.066	143.381	152.219	145.124	122.641	-	-	-	-	-
5 anos depois	66.451	105.347	144.217	151.915	152.059	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	66.451	105.418	144.282	152.711	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	66.451	105.444	144.755	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	66.435	105.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	66.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	66.435	105.444	144.755	152.711	152.059	122.641	149.454	143.917	118.649	103.165	1.259.230
Pagamentos acumulados até a data-base	66.435	105.440	144.277	152.079	146.737	120.836	138.728	116.051	115.677	78.843	1.185.104
Passivo reconhecido no balanço	-	4	477	632	5.322	1.806	10.725	27.867	2.972	24.321	74.125
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.067)
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.163
Total de provisão (PSL e IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	142.289

(a.2) Sinistros judiciais

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	6.162	2.252	1.057	-
1 ano depois	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	7.967	8.527	3.803	-	-
2 anos depois	5.107	3.460	3.418	3.969	3.557	4.526	10.110	8.884	-	-	-
3 anos depois	3.986	5.139	5.373	4.995	5.554	5.443	9.694	-	-	-	-
4 anos depois	4.503	5.342	6.069	5.329	6.720	5.165	-	-	-	-	-
5 anos depois	6.632	5.617	6.423	6.638	6.569	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	6.287	5.346	7.384	5.930	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	6.246	5.444	7.729	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	6.189	6.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	6.155	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	6.155	6.444	7.729	5.930	6.569	5.165	9.694	8.884	3.803	1.057	61.431
Pagamentos acumulados até a data-base	5.830	5.278	5.423	4.793	5.401	3.591	6.268	3.397	920	52	40.953
Passivo reconhecido no balanço	325	1.166	2.305	1.137	1.169	1.574	3.426	5.488	2.883	1.005	20.478
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.431
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL e IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.909

b) Sinistros líquidos de resseguro

Conciliação
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros 31/12/2025 150.459
31/12/2024 123.014
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não proporcional 15.738 6.461
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos da PSL (39.067) (13.646)

Total da Provisão (PSL e IBNER)

127.131 115.829

(b.1) Sinistros administrativos

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	68.693	95.503	115.586	121.831	97.455	101.622	111.789	98.565	108.082	102.889	-
1 ano depois	66.086	92.615	122.278	136.545	118.600	107.747	116.981	101.425	118.401	-	-
2 anos depois	64.779	99.209	136.638	146.156	135.097	115.696	131.226	136.798	-	-	-
3 anos depois	64.904	103.106	140.323	149.009	142.083	119.361	144.963	-	-	-	-
4 anos depois	65.016	102.535	142.240	150.132	144.747	121.625	-	-	-	-	-
5 anos depois	65.023	102.816	143.076	149.859	148.319	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	65.023	102.887	143.128	150.655	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	65.023	102.913	143.601	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	65.007	102.913	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	65.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	65.007	102.913	143.601	150.655	148.319	121.625	144.963	136.798	118.401	102.889	1.235.171
Pagamentos acumulados até a data-base	65.007	102.910	143.136	150.023	146.589	120.045	138.504	116.051	115.677	78.843	1.176.784
Passivo reconhecido no balanço	-	4	465	632	1.731	1.581	6.459	20.747	2.724	24.045	58.387
Estimativa de Salvados e Ressarcimentos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.067)
PSL de Nota Técnica/IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.163
Total de provisão (PSL e IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.550

(b.2) Sinistros judiciais

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	1.732	852	1.196	979	725	2.264	5.400	6.162	2.252	1.057	-
1 ano depois	3.012	3.116	2.394	1.913	2.188	3.413	7.967	8.527	3.803	-	-
2 anos depois	5.107	3.366	3.418	3.969	3.557	4.526	10.110	8.884	-	-	-
3 anos depois	3.986	5.015	5.373	4.995	5.554	5.443	9.694	-	-	-	-
4 anos depois	4.503	5.249	6.069	5.329	6.720	5.165	-	-	-	-	-
5 anos depois	6.683	5.617	6.423	6.638	6.569	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	5.787	5.346	7.384	5.930	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	5.746	5.444	7.729	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	5.689	6.444	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	5.655	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	5.655	6.444	7.729	5.930	6.569	5.165	9.694	8.884	3.803	1.057	60.931
Pagamentos acumulados até a data-base	5.330	5.278	5.423	4.793	5.401	3.591	6.268	3.397	920	52	40.453
Passivo reconhecido no balanço	325	1.166	2.305	1.137	1.169	1.574	3.426	5.488	2.883	1.005	20.478
Passivo em relação a anos anteriores a 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.431
Ajuste Atuarial de PSL (IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de provisão (PSL e IBNER)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.909

5. Discriminação das provisões de sinistros judiciais:

	31/12/2025	31/12/2024
A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:		
Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas	12.930	6.807
Total provisionado de ações judiciais pagas no período	10.779	4.530
Total da provisão revertida dos processos encerrados sem pagamento no período	1.312	2.705
Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior	2.266	1.228

6. Aplicações financeiras**6.1. Resumo da classificação das aplicações**

	31/12/2025		31/12/2024		Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Percentual
	Valor do Mercado (I)	Valor do Custo Atualizado	Valor do Mercado (I)	Valor do Custo Atualizado				
Valor justo por meio do resultado	56.478	56.478	74.810	74.810	56.478	-	-	19,07%
Fundos de investimento	56.4							



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

* continuação

	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo final
Sistemas aplicativos	20	142	2.187	(2.138)	26.676	(2.917)	23.950
Sistemas de computação	20	4.151	—	—	—	(1.742)	2.409
Sistemas de computação em desenvolvimento (a)	—	30.022	8.872	(473)	(26.676)	—	11.745
Ativo de direito de uso	—	155.000	—	—	—	(1.612)	153.388
Total		189.315	11.059	(2.611)	—	(6.271)	191.492

(a) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados conforme CPC 04 (R1) e a amortização ocorrerá a partir da conclusão dos projetos.
(b) Refere-se ao impairment do balcão dos Correios, realizado em 30 de novembro de 2025 (vide nota 2.8). Contempla a amortização de dezembro/2025 no montante de R\$ 26.

12. Contas a pagar

12.1 Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	426	512
Honorários e remunerações a pagar	—	34
Resseguradores	23	5
Participação nos lucros e bônus	21.649	23.745
Serviços de terceiros	2.731	1.812
Outras obrigações a pagar	24.685	24.995
Total	49.514	51.103

12.2. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros - operacional	12.426	10.935
Serviços de terceiros - administrativo	53.613	48.268
Banco de horas (RH)	883	1.863
Fornecedor de assistência	—	1.707
Outras obrigações a pagar	140	210
Total	67.062	62.983

13. Depósitos de terceiros

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	3.746	2.580
De 31 a 60 dias	—	2.891
De 61 a 120 dias	963	681
De 121 a 180 dias	1.216	2.142
De 181 a 365 dias	249	3.498
Acima de 365 dias	3.638	5.073
Total	10.144	16.865

14. Ramos de atuação

Os principais ramos de atuação da Companhia são:

Ramos	31/12/2025			31/12/2024		
	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Crédito interno	215.850	43,40%	6,23%	166.819	59,49%	8,61%
Prestamista	111.703	14,14%	52,85%	73.059	15,53%	36,98%
Acidentes pessoais coletivos	16.489	51,67%	50,15%	14.192	120,86%	88,85%
Vida em grupo	10.079	129,18%	57,40%	9.739	124,49%	57,68%
Vida individual	6.185	108,54%	33,70%	4.361	91,44%	62,60%
Compreensivo residencial	3.139	12,51%	43,85%	2.973	33,53%	46,40%
Compreensivo empresarial	565	153,77%	35,47%	585	4,37%	34,61%
Demais ramos	7.451	51,01%	67,75%	5.955	81,86%	53,91%
Total	371.461	38,44%	25,64%	277.663	53,93%	24,18%

15. Impostos e contribuições

15.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos e após participações	(136.081)	(136.081)	(54.145)	(54.145)
Base de cálculo	(136.081)	(136.081)	(54.145)	(54.145)
Taxa nominal do tributo	25,00%	15,00%	25,00%	15,00%
Tributos calculados à taxa nominal	34.020	20.412	13.536	8.122
Ajustes do lucro real	141.149	140.931	52.901	52.463
Aprovelamento - Prejuízo fiscal	(1.520)	(1.455)	1.244	1.692
Total dos ajustes à base de cálculo	139.629	139.476	54.145	54.145
Tributos sobre os ajustes	(34.907)	(20.921)	(13.536)	(8.122)
Incentivos fiscais	136	—	—	—
Despesa contabilizada	(751)	(509)	—	—
Taxa efetiva	(0,55%)	(0,37%)	0,00%	0,00%

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

16.1. Composição

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	1.176	1.026	8.116	13.851
Contingências trabalhistas	269	264	402	81
Contingências fiscais	—	—	16	48
Outras Obrigações	—	—	—	160
Total	1.445	1.290	8.534	14.140

a. Provisões judiciais cíveis e trabalhistas

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente de: (i) doenças preexistentes; (ii) discórdância em relação ao valor indenizado; (iii) pagamento parcial da importância securitária; (iv) devolução de prêmio; (v) devolução de prêmio em razão de desconto indevido; e (vi) multas decorrentes de processos administrativos perante a SUSEP. As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião de rescisão contratual de ex-funcionários e processos movidos por terceiro com pedido de responsabilidade subsidiária da Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul.

b. Obrigações fiscais

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais ativas não estão sendo provisionadas neste momento, em razão de critérios contábeis, e referem-se basicamente a discussões de: (i) ação de inexigibilidade das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas aos empregados segurados referentes a primeira quinzena de afastamento por motivo de doença ou acidente; férias, abono pecuniário, terço constitucional de férias e décimo terceiro salário; salário maternidade e horas extras, descanso semanal remunerado, adicional de insalubridade e adicional noturno. A Companhia é alvo de Ação Rescisória nº 5.306/FL, a ação ordinária em referência foi ajuizada com o objetivo de discutir a incidência do ICMS sobre o produto da alienação de salvados de sinistros pelas Companhias Seguradoras. As Seguradoras obtiveram decisão favorável no julgamento do Recurso Especial nº 72.204 que determinou a não incidência do ICMS no caso em exame, nos exatos termos em que pleiteados na inicial. Contudo, o acórdão realizou a ressalva de que somente os bens salvados de sinistros imprevistos ao uso estariam fora do campo de incidência do ICMS. Já houve o êxito definitivo e atualmente há provisionado o valor de R\$ 15 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2024), com risco de perda provável. Referida quantia corresponde a multa processual aplicada no curso da ação rescisória. A rescisória transitou em julgado, restando apenas o pagamento da multa no valor de R\$ 15 a ser pago em momento oportuno - execução da Fazenda. Os advogados da Companhia julgaram como probabilidade de perda provável a multa e em razão disso, foi constituída provisão para o referido processo judicial.

c. Ação judicial envolvendo COFINS

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, em 01/12/2008, que reconheceu a manutenção da isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único. A União ingressou com ação rescisória, em 30/11/2010, contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pleiteando a anulação da decisão citada. Essa rescisória foi julgada improcedente pelo STJ, e tal decisão transitou em julgado em 08/04/2022, mantendo-se assim, a decisão favorável à Companhia, o que a leva ao não reconhecimento ou provisionamento, mesmo baseado na Lei 9.718/98, da referida contribuição. Durante o período de discussão judicial sobre a isenção da COFINS, a Companhia sofreu alguns autos de infração e, com o encerramento da ação de forma favorável, requereu a baixa deles, com casos atendidos e outros em andamento. A probabilidade de perda de tais autos de infração é considerada remota, apoiada em parecer do escritório externo que patrocinou as ações anulatória e rescisória. Diante da decisão favorável, transitada em julgado, a Companhia não reconhece e não provisiona a COFINS com base na Lei nº 9.718/98.

Valores em nota explicativa consideram: i) os valores atualizados dos autos de infração ainda não baixados até a data de aprovação da Demonstração Financeira; e ii) relativa incerteza do impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ocorrida em 08 de fevereiro de 2023, sobre a coisa julgada em matéria tributária, e de eventuais efeitos da repercussão geral do processo recurso extraordinário 040.479, com trânsito em julgado em 10 de outubro de 2023, que discutiu a Lei 9.718/98; iii) os últimos 5 anos, considerando multa e juros. Em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 95.168 e (R\$ 87.491 em 31 de dezembro de 2024). Quanto à questão sinalizada no item (ii), a probabilidade de perda é considerada remota pelo patrono da ação que discutiu a isenção e a ação rescisória, e de perda possível, por um segundo escritório tributarista.

16.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2025			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Cíveis	3.067	13.885	17.731	8.116
Trabalhistas	71	870	7.772	402
Natureza fiscal - Contingências	—	22.140	77.563	16
Total	3.142	36.895	103.066	8.534

	31/12/2024			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Cíveis	3.921	12.509	14.963	13.851
Trabalhistas	17	5.540	398	81
Natureza fiscal - Contingências	4	21.320	70.703	48
Outras Obrigações	—	—	—	160
Total	3.942	39.369	86.064	14.140

16.3. Movimentação das ações

A movimentação das contingências relevantes pode ser resumida como segue:

	Saldo				
	01/01/2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e Juros
Contingências cíveis	13.851	7.848	(5.315)	(6.460)	8.116
Contingências trabalhistas	81	93	(42)	—	270
Contingências fiscais	48	—	(118)	—	86
Outras Obrigações	160	—	—	(160)	—
Total	14.140	7.941	(5.475)	(6.620)	(1.452)

	Saldo				
	01/01/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações e Juros
Contingências cíveis	14.930	17.442	(6.860)	(11.954)	293
Contingências trabalhistas	210	—	—	(129)	—
Contingências fiscais	3.875	—	(4.467)	—	640
Outras Obrigações	169	—	—	(23)	14
Total	19.184	17.442	(11.327)	(12.106)	947

17. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

17.1. Abertura por ramo

	31/12/2025						
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PVR	PDR	Total das Provisões Técnicas
Crédito interno	—	27.100	21.558	68.163	439	17.909	135.169
Vida em grupo	51	6.890	5.835	—	219	828	13.823
Acidentes pessoais coletivos	662	14.223	3.910	—	2.675	1.646	23.116
Prestamista	5.698	4.276	7.981	5.884	—	4	18.542
Compreensivo residencial	1.393	117	87	—	193	21	1.811
Compreensivo empresarial	204	85	17	—	1	11	318
Demais ramos	1.649	2.570	3.058	—	383	247	7.907
Total	8.235	58.966	40.349	68.163	3.914	21.064	200.691

17.2. Movimentação

	31/12/2024						
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PVR	PDR	Total das Provisões Técnicas
Crédito interno	—	17.331	34.834	57.774	16.129	126.068	232.136
Vida em grupo	57	7.592	6.611	—	823	15.083	32
Acidentes pessoais coletivos	392	18.687	4.050	—	1.973	25.102	115
Prestamista	3.038	6.039	4.453	3.123	312	16.965	513
Compreensivo residencial	1.225	181	89	—	30	1.525	372
Compreensivo empresarial	415	52	17	—	7	491	98
Demais ramos	1.723	5.004	1.893	—	363	9.018	170
Total	6.850	54.931	51.937	60.897	19.637	194.251	1.300

	31/12/2025						
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PVR	PDR	Total das Provisões Técnicas
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2025	6.850	54.931	51.936	60.897	19.637	194.251	1.300
Constituições	5.698	—	—	—	11.740	—	11.740
Diferimento/reversões	(4.303)	—	(21.053)	(24.226)	(1.731)	(3.236)	(54.549)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	—	184.330	—	—	—	12.464	186.794
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	—	(152.721)	—	—	—	(172.023)	—
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	—	(25.420)	(3.650)	—	—	(29.070)	—
Atualização monetária e juros	—	(2.154)	—	—	—	(2.154)	—
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	8.235	58.966	40.349	68.163	3.914	21.064	200.691

	31/12/2024						
	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PVR	PDR	Total das Provisões Técnicas
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2024	8.404	54.809	45.455	46.806	16.965	172.439	2.454
Constituições	5.283	—	12.319	24.412	3.888	—	45.902
Diferimento/reversões	(6.837)	—	(102)	(10.321)	(1.884)	—	(19.144)
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	—	147.057	—	—	8.564	155.621	161.642
Pagamento de sinistros/benefícios/despesas de sinistro	—	(145.358)	—	—	(7.896)	—	(153.254)

	PPNG	PSL	IBNR	IBNER	PDR	Total das Provisões Técnicas	Custos de aquisição diferidos
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	—	(3.378)	(5.736)	—	—	(9.114)	—
Atualização monetária e juros	—	1.801	—	—	—	1.801	—
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	6.850	54.931	51.936	60.897	19.637	194.251	1.300



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impressos e formulários produto	(116)	-	(80)	-	-	-	-	-
Serviços técnicos e vistorias	(89)	(80)	16.852	(80)	15.028	(21)	11.495	(2.425)
Redução ao valor recuperável para recebíveis - prêmios	(59)	3.852	-	-	11.888	-	9.909	-
Despesas com provisões fiscais	-	-	-	-	2	-	-	-
Outras	(1.545)	(8.891)	(8.891)	-	3.003	(12.544)	3.525	(637)
e) Despesas administrativas	(82.178)	(66.398)	(66.398)	-	-	(17)	-	-
Pessoal próprio	(29.839)	(30.717)	(30.717)	-	-	(35)	6.927	-
Serviços de terceiros	(32.319)	(26.400)	(26.400)	-	7.785	(1.617)	-	-
Localização	(14.700)	(4.384)	(4.384)	-	12	(755)	-	(3.878)
Publicidade e propaganda	(2.084)	(1.421)	(1.421)	-	35	-	432	-
Direito de uso - arrendamento	(2.781)	(3.044)	(3.044)	-	-	(15)	-	(1.206)
Outras despesas administrativas	(446)	(432)	(432)	-	272	-	272	-
f) Despesas com tributos	(4.654)	(3.568)	(3.568)	-	38.025	(15.004)	32.560	(8.146)
IPPU e ISS	(247)	(3)	(3)	-	-	-	-	-
PIS	(1.842)	(1.104)	(1.104)	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(2.206)	(1.978)	(1.978)	-	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Outras despesas com tributos	(359)	(483)	(483)	-	Recita	Despesa	Recita	Despesa
g) Resultado financeiro	36.034	29.586	29.586	-	286	-	4.394	(493)
Recitas financeiras	33.501	33.089	33.089	-	87.085	(387)	82.444	(2.605)
Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	25.155	26.945	26.945	-	75.039	-	71.896	(7)
Ativos designados pelo valor justo	7.266	4.368	4.368	-	3	-	-	-
Recitas com depósitos judiciais e fiscais	318	(72)	(72)	-	18.555	(449)	18.352	(444)
Despesas financeiras	2.533	(3.503)	(3.503)	-	1	(4.317)	22.865	-
Despesas financeiras com operações de seguros	2.153	(1.803)	(1.803)	-	12.501	-	-	-
Juros e atualizações - contingências trabalhistas	(270)	-	-	-	3.123	(1.589)	-	(4.369)
Juros e atualizações - contingências civis	1.808	(293)	(293)	-	-	(2.955)	-	(3.968)
Juros de arrendamento	(677)	(700)	(700)	-	3.431	(16.577)	-	(13.705)
Juros e atualizações - restituições CAIXA	(55)	(276)	(276)	-	-	(684)	-	(174)
Outras despesas financeiras	(426)	(431)	(431)	-	-	(9.074)	-	(3.851)
h) Receitas/despesas patrimoniais	27	46	46	-	195.024	(33.032)	199.754	(29.626)
Receita de aluguel com imóveis de renda	27	46	46	-				
l) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(149.131)	(395)	(395)	-				
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(5)	(276)	(276)	-				
Resultado na alienação de bens do ativo intangível	(8.072)	(2.138)	(2.138)	-				
Impairment Correios (i)	(142.874)	-	-	-				
Provisão custo projeto OPIN	1.073	(1.271)	(1.271)	-				
Crédito habilitado PAT	-	2.897	2.897	-				
Outras receitas/despesas	(247)	(3)	(3)	-				
(i) Refere-se ao impairment do balcão dos Correios, realizado em 30 de novembro de 2025 (vide notas 2.8 e 11).	714	117	117	-				

25. Partes relacionadas
A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia CNP Participações em Seguros Ltda. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), Caixa Seguradora Participações S.A. (Acionista da CNP Participações em Seguros Ltda.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguradora Participações S.A.). As demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas.

Diretoria Executiva	Contadora	Atuário
François Dominique Philippe Tritz Diretor Presidente	Nadja de Souza Ferreira Neves CRC 1SP200332/O-0	Gabriel Porto Montenegro Henriques Atuário MIBA nº 2978
Marcelo Suman Mascaretti Diretor		

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário da CNP Participações em Seguros Ltda., com atuação estendida às suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., conjuntamente referidas como "Companhias", reportando-se diretamente à Reunião de Sócios. O Comitê foi instituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 432/2021 e, em conformidade com seu Regimento Interno, é composto por 3 (três) membros independentes eleitos pela Reunião de Sócios, com mandato de 5 (cinco) anos.

Principais Atividades
O Comitê realizou reuniões com a participação de executivos das Companhias, bem como de representantes da auditoria independente KPMG, da auditoria atuarial independente PwC e das áreas de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e Compliance, Jurídico e Governança Corporativa, Ouvidoria, Regulatório e Financeiro. As avaliações do Comitê fundamentam-se nas informações prestadas por esses representantes, bem como em suas próprias análises e deliberações.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração das Companhias. Compete igualmente à Administração, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos e das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de compliance. O Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisão das demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025, das Companhias.

Conclusões
Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:
• Não identificou nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;

Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG e PwC indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
• Considerou os relatórios e as informações fornecidas pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
• Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade dos negócios;
• Constatou que as práticas contábeis utilizadas pelas Companhias na elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira e as normas emanadas da SUSEP; e
• Constatou que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2025 foram elaborados em conformidade com a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

Considerando o exposto, o Comitê de Auditoria recomendou à Reunião de Sócios a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nas informações submetidas à sua apreciação.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.
Roberto Westenberg
Coordenador Interno do Comitê de Auditoria
David Soares dos Santos
Membro do Comitê de Auditoria
Benilton de Araújo Costa
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Seguros Previdência do Sul
Escopo da Auditoria
Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

PwC
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - 17º andar - parte 5
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2025, e desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

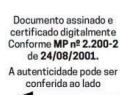
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras não elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 23 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/02/2026. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leioes-publicidade-legal>

